

## **A PRÁXIS ESCOLAR DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO REGULAR MUNICIPAL<sup>1</sup>**

**Zanado Pavão Sousa Mesquita**

Cursando Licenciatura em Pedagogia  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
[cesi@uema.br](mailto:cesi@uema.br)

**Elenice de Alencar Silva**

Cursando Licenciatura em Pedagogia  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
[cesi@uema.br](mailto:cesi@uema.br)

**Sílvia Sousa Silva Albuquerque**

Especialização em Educação do Campo  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
[cesi@uema.br](mailto:cesi@uema.br)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças que ocorreram com as conquistas educacionais no âmbito da educação especial a nível mundial, destacando o histórico e, de como era a visão da sociedade em relação à pessoa com surdez. Nesse contexto da educação de surdos serão ressaltadas as leis que foram elaboradas para que a inclusão fosse integrada em todas as escolas de nível regular, a metodologia e a práxis segundo a análise de grandes pensadores, os conceitos que abrangem a educação especial e a conquista na rede municipal do ensino em Imperatriz e, como a cidade tem obtido êxito nos projetos elaborados no ensino de surdos e a formação dos profissionais na área de interpretação em Libras.

### **1 - INTRODUÇÃO**

Quando se fala em Educação, logo se implica ao ensino sistematizado da escolarização ou mesmo ao ensino da família a que os alunos devem receber antes de enfrentar a mesma. No entanto quando se comenta em Educação para Surdos ou em Educação Especial é encontrado conceitos específicos que devem ser analisados na óptica da função entre teoria e prática, a práxis. Mas o que se entende por práxis? Nesse sentido a práxis é a própria transformação da teoria em prática na qual uma deverá subsidiar a outra objetivando a mudança do mundo em que o cerca, fazendo com que a teoria seja uma espécie de “guia-ação”<sup>2</sup> que venha moldar o comportamento e a ação humana, ou seja, a prática.

<sup>1</sup> - A origem do trabalho é de pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa descritiva de cunho fenomenológico e dedutivo.

<sup>2</sup> - **Guia-ação** nesse acaso entende-se como uma atitude que venha ser a precursora de outras ações para a transformação da realidade.

Na cidade de Imperatriz-Ma a Educação de Surdos se encontra em processo de desenvolvimento, uma vez que o município se utiliza de mecanismo que visam mudar essa realidade. Sendo assim, esse artigo tem como objetivo refletir sobre algumas informações ainda não conhecidas sobre essa educação de surdos, visando que os mesmos possuem uma educação específica e a escola regular também deve lidar com esse contexto.

## 2 – REVISÃO DE LITERATURA

Existem sociólogos, pensadores e filósofos que contribuíram nessa área científica no que se refere à definição e implicações de terminologias que venham pontuar a teoria e a prática em um mesmo espaço. Dentre eles destaca-se Karl Marx com sua teoria de práxis. Para o mesmo “práxis é a atitude (teórico-prática) humana de transformação da natureza e da sociedade. Não basta conhecer e interpretar o mundo (teórico) é preciso transformá-lo (práxis)” (MARX, 1968 apud PIMENTA, 2010, p. 86).

Segundo Vásquez (1968 apud PIMENTA, 2010, p. 87) outro pesquisador que procurou definir o termo práxis, encontra-se: “toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis. A práxis é uma forma de atividade específica, distinta de outras com as quais pode estar vinculada”. Percebe-se que a práxis está unida a uma atividade que deve interagir com teorias para o desenvolvimento em um determinado ambiente.

Um dos grandes professores e fundador da didática escolar, o professor Iohannis Amos Comenius (1592 – 1670) explica um pouco em um de seus *princípios em que se fundamenta a solidez no ensinar e no aprender*, a teoria de práxis. A autora Faltori, comenta em um enfoque fenomenológico a comparação que se propõem de uma árvore e sua raiz a partir do princípio de Comenius. A árvore não deve ter uma raiz fraca porque ela é à base de toda a planta assim como seus galhos devem ser fortes no objetivo de dar bons frutos. Em relação ao ensino ela diz:

O mesmo se diga da instrução: ainda que no início seja nutrida e revigorada na raiz interior do entendimento, deve-se estar atento para que, ao mesmo tempo, se estendam para fora, de modo visível, seus galhos e ramos, ou seja, tudo o que for ensinado para ser entendido deverá ser ensinado também para ser expresso e feito, vale dizer, utilizado na prática e vice-versa. (FALTORI, 2006, p. 198)

Diante desse princípio fica clara a função da práxis, a utilidade. De acordo a mesma autora tudo o que se aprende deve ter utilidade, caso não houver utilidade será impossível desenvolver a práxis na vida dos alunos a respeito do conhecimento apresentado pelos professores.

Dos vários ambientes em que a práxis se desenvolve se encontra a escola como o centro de contribuição e aplicação da mesma, e ainda referente à educação dos surdos existe dispositivos legais, leis e decreto regulamentador, metodologias e teorias que asseguram a práxis na educação desses personagens por muito tempo tidos como incapazes.

Trazendo a práxis para a educação de surdos devemos expor alguns aspectos da sua história para uma melhor comparação. A história do povo surdo ao longo do tempo e de sua evolução revelam várias percepções da sociedade ouvinte - dominante que ajudaram de forma relevante para o desenvolvimento do atual modelo de ensino para surdos, de modo a culminar com o seu retardamento cultural, étnico e intelectual dentro da sociedade. Foram vários momentos onde algumas percepções e ideologias auxiliaram para isso e o período histórico clássico apresenta também essa temática.

Em virtude disso, por exemplo, na Idade Antiga (invenção da escrita 476 a. C) os surdos eram vistos como seres castigados pelos deuses, e os mesmos quando detectados como surdos, e, no entanto, anormais, eram jogados em rios das regiões em que viviam. No próximo período, a Idade Média (476 - 1453), os surdos não recebiam atenção social e alguns eram queimados em fogueiras (STROBEL, 2009, p.17-19).

A partir da Idade Moderna vários nomes se destacam pelas suas contribuições na educação e inclusão dos surdos na sociedade, entre eles destaca-se no século XVI Pedro Ponce de Leon Monge Beneditino católico, estabeleceu a primeira escola do mundo para pessoas surdas, também ensinou aos surdos primeiro a escrever mostrando-lhes os objetos, depois vocalizava as palavras que a correspondiam. No século XVIII Carlos Michel de L'Épée ficou famoso na Europa devido ao seu trabalho com os surdos reconhecendo o valor da Língua Gestual dos surdos. Também outro personagem importante nessa época foi Samuel Heinicke, pois seus métodos eram estritamente orais, opôs-se fortemente à utilização da Língua de Sinais (STROBEL, 2009, p. 19-22).

No século XIX nos EUA foi fundada a primeira escola de surdos nas Américas. Em 1872, no congresso de Veneza, decidiu-se que o meio humano para a comunicação do pensamento e educação escolar seria a língua oral. Na conferência de Milão na Itália em 1880<sup>3</sup>, foi confirmado o método do oralismo puro na educação de surdos, sendo abolida a língua de sinais (STROBEL, 2009, p. 26).

<sup>3</sup> Conferência conhecida como um marco na educação de surdos, uma vez que quem decidiu a educação de surdos foram os profissionais **ouvintes** e os poucos surdos que participaram foram convidados a se retirarem da sala de votação (STROBEL, 2009).

O método da oralização pura trouxe grandes prejuízos para a educação de surdos, uma vez que eles não conseguem diferenciar sons e encontram bastantes dificuldades para a leitura labial, essa foi uma das causas para a grande defasagem no ensino da surdez. Um dos grandes pesquisadores na área da educação de surdos na América do Sul, Carlos Skliar comenta sobre o acontecido:

Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (SKLIAR et. al, 2015. p. 15).

Para Carlos Skliar, autor que tem desenvolvido estudos na Língua Brasileira de Sinais, denominado de Estudos Surdos em Educação, o ouvintismo/ouvintização continua a predominar em algumas regiões do mundo e essa abrangência possui uma relação com o desenvolvimento reduzido do sujeito surdo e da valorização da sua identidade cultural.

Outra abordagem que representou a educação de surdos foi à comunicação total na qual os surdos eram vistos como coitadinhos e usavam do bimodalismo (língua oral e de sinais ao mesmo tempo) para se comunicar, (STROBEL, 2009). A língua de sinais não era reconhecida como língua de expressão cultural do povo surdo.

Atualmente a educação de surdos encontra-se na abordagem do bilinguismo em que os surdos, educadores e grandes teóricos depositam confiança de que seja a expressão de sua cultura, meio de interação e comunicação e principalmente a abordagem adequada para o seu máximo desenvolvimento cognitivo, onde será ensinado a Libras como língua materna e o português como segunda língua, apenas na modalidade escrita, visto que os maus tratos nas duas abordagens anteriores foram decisivos para a abolição da oralização em sujeitos surdos, Quadros (1997).

Quanto aos dispositivos e leis tem-se a lei 10.436/02 e seu Art. 1º “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Também no decreto 5.626/05 em seu capítulo VI fica evidente as imputações na educação de surdos para a inclusão desses alunos na educação básica sendo definidas as atribuições da escola sobre a temática, além de serem posta em evidência a necessidade de um Tradutor/Intérprete de Libras nas escolas de ensino básico regular, pois a mesma não deve negar a esses alunos ao direito à educação.

Ainda no referido decreto em seu Art. 14, § 1º, III explica sobre o comportamento dos professores ouvintes não fluentes em Libras nas escolas regulares: “d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos

surdos”. Fica evidente que o método de avaliação desses alunos deve ser diferenciado uma vez que os mesmos serão inclusos em um ambiente escolar no qual a interação e, portanto, troca de saberes entre eles e seus colegas, e entre ele e o professor serão reduzidos pela barreira de comunicação criada nesse processo de aprendizagem. Para confirmar esse aspecto da avaliação diferenciada ainda no mesmo artigo é encontrado:

VI – Adotar, na comunidade mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas valorizando o aspecto semântico e reconhecendo singularidade linguística manifestada no aspecto formal da língua portuguesa; (BRASIL, 2005).

Essa avaliação deve ser construída no dia a dia da sala de aula com o objetivo de contribuir com o aprendizado dos alunos com surdez nesse espaço de inclusão que deve ser a escola básica regular. Os professores carecem de desenvolver mecanismos de avaliação para os surdos a partir da troca de experiências com os profissionais Intérpretes de Libras.

### **3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em relação a esses quesitos a rede municipal de Imperatriz não se encontra em desvantagem. Dados do Setor de Inclusão e Atendimento a Diversidade (SIADI) informa que existem cerca de 800 alunos deficientes em diferentes áreas e que os surdos apresentam um número considerável, sendo atendidos 45 alunos surdos de diferentes escolas do município na Escola Bilíngue para Surdos<sup>4</sup>em sua sala de recursos (PREFEITURA DE IMPERATRIZ, 2016).

Ainda de acordo ao mesmo setor o município possui 17 Intérpretes de Libras nas escolas regulares de educação básica, além dos 04 Instrutores de Libras que trabalham na cidade objetivando a efetivação da política de educação pública vigente no país.

No que diz respeito à Escola Bilíngue para Surdos os profissionais são fluentes em língua de sinais e dois 04 professores de libras 02 se encontram nas disposições da escola, pois a teoria da abordagem bilíngue é que os surdos fluentes em língua de sinais e participantes das comunidades surdas de uma determinada região devem ser inseridos na escola bilíngue através de concursos, com o objetivo de criar modelos para os surdos que estão desenvolvendo a sua identidade política como cidadãos, ainda na educação básica.

Sobre os alunos surdos em escolas regulares inclusivas são oferecidas palestras nas escolas onde esses alunos são matriculados para o maior conhecimento teórico sobre a surdez e adequação da escola em relação ao novo aluno surdo. O SIADI ainda disponibiliza cursos

<sup>4</sup> - 1ª Escola Bilíngue para Surdos do Maranhão. Disponível em: < <http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticia/3692/uA381SrmTLw>>. Acessado em 13 de out de 2016.

de Libras para país e professores da rede no ensino municipal, para haver maior interação da comunidade ouvinte de profissionais com os alunos surdos<sup>5</sup>.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, o avanço na educação especial tem sido de grande importância para que pessoas com necessidades especiais obtenham os mesmos direitos que as pessoas “normais”, podendo assim, interagir com outras crianças em um mesmo nível de ensino e, apesar de todas as dificuldades enfrentadas em seu histórico, as lutas pela conquista tiveram resultados positivos tendo um novo patamar de visão da sociedade sendo notadas não como pessoas que não conseguissem, mas como pessoas capazes de ter vida independente como um cidadão hábil a adquirir direito e obrigações.

#### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivi\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivi_03/leis/2002/L10436.htm)>. Acessado em: 26/09/2016.
- BRASIL. Decreto N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais – LIBRAS, e o artigo. 18 da lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acessado em: 26 de set de 2016.
- FALTORI, Marta. **Didática Magna/ Comenius**: aparelho crítico. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KARIN, Strobel. **A história da educação dos surdos**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificativa/historiaDaEducaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf)>. Acessado em: 26 de set de 2016.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio e a formação de professores**: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2010.
- PREFEITURA DE IMPERATRIZ. Educação Inclusiva: prefeitura amplia ações pedagógicas para alunos com deficiência em escolas da rede municipal, Imperatriz, 2016. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticia/4392/educacao-inclusiva-prefeitura-amplia-aco-es-pedagogicas-para-alunos-com-deficiencia-em-escolas-da-rede-municipal>>. Acessado em: 13 de out de 2016.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SKLIAR, Carlos (org.) **A Surdez**: Um olhar sobre as diferenças. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p.192.

5

<sup>5</sup> - Cursos de Libras e Braille são oferecidos em ITZ. Disponível em: <<http://imirante.com/serviços/imperatriz/noticias/2015/03/05/cursos-gratuitos-de-libras-e-braille-sao-oferecidos-em-itz.shtml>>. Acessado em: 14 de out de 2016.